

# REVISTA DA ESMESC

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTUDOS JURÍDICOS



ANO 2 - VOLUME 2

# TIPO PENAL E TIPO DE CULPABILIDADE

*Luiz Vicente Cernicchiaro*

Professor titular na Universidade de Brasília e  
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

O Direito Penal, como as demais áreas dogmáticas, expressão da cultura, projeta o momento histórico.

O tipo, em consequência, ganha particular importância, desde que, uma de suas funções, notadamente nos Estados de Direito Democrático, é de natureza política, voltada para garantia efetiva do direito de liberdade.

O princípio da reserva legal, embora, formalmente, conserve a sua origem, expressa por FEUERBACH - *nullum crimen, nulla poena sine lege* - substancialmente, apresenta hoje significativas diferenças.

De início, a preocupação era meramente cronológica, ou seja, restringia-se à exigência de, antes de praticada a conduta, a lei a qualificasse como crime.

Sem dúvida, na linha de evolução das idéias e instituições penais, representou grande avanço, importante conquista. Consagrou-se a reivindicação, e a pouco e pouco com a adoção legislativa, de evitar-se a surpresa e o arbítrio do soberano, que pudesse, de uma hora para outra, a mercê das conveniências políticas, por vingança ou mero capricho, definir como delito qualquer comportamento. Dava-se, então, o primeiro (e importante) passo para o direito de liberdade não ser afetado senão nos casos e limites consentidos pelo Direito.

As lições da vida, com o passar do tempo, ensinaram que o tipo, observado materialmente, a fim de concretizar sua função, precisaria descrever, com precisão, a conduta que se qualifica ilícita.

Importante observar que se refere a - conduta. Esta é comportamento, atividade do homem. Considerado o momento atual da doutrina, não se deve repetir antiga afirmação de ser sinônimo de - ação. Esta compreenderia, como se dizia, a ação propriamente dita (ação em sentido amplo) e a omissão. Hoje, demonstra-se, a ação não se confunde com a omissão. Esta não é simples não fazer. Ao contrário deixar de fazer o que juridicamente é imposto.

Na conduta dolosa, o agente quer ou assume o risco do resultado, repetindo-se o texto do Código Penal. Há entre ambos (conduta e resultado) congruência entre o aspecto subjetivo e o aspecto objetivo do fato delituoso.

Na conduta culposa, não há essa congruência. Não se volta para o resultado acontecido, nem o agente fora indiferente ao evento. Ao praticar conduta lícita (na maioria dos casos), descurando do cuidado objetivo de agir na vida de relação, dá causa ao resultado. Aqui, há incongruência entre a conduta e o evento. Este, expressara WELZEL, compõe as conseqüências naturais da atividade humana.

A doutrina moderna, sempre preocupada com a proteção material (os positivistas centralizaram idéias, restritas, quase sempre, à garantia formal), reelaborou conceitos.

O tipo, modernamente, a fim de concretizar a idéia, precisa ser entendido como expressão de conduta. Logicamente, conduta na sua integralidade. Urge traduzir, empregando expressão já utilizada - corte da realidade. Projeção do que efetivamente acontece.

Conduta é comportamento, atividade do homem. Como ser raciocinante, em tudo que faz, manifesta vontade. Orienta subjetivamente a modificação do mundo exterior.

O tipo é conduta. Conduta, sendo opção, é inseparável do elemento subjetivo. Daí, a vaidade humana ao classificar os seres em duas categorias: racionais e irracionais.

O tipo ao descrever a conduta, necessariamente, encerra o elemento subjetivo.

O embate das escolas, buscando, ansiosamente, estabelecer os limites da tipicidade, antijuridicidade (ilicitude), culpabilidade e punibilidade, fértil, sem dúvida, de início, orientou-se, com um ponto comum, responsável por tantos debates - separação formal dos elementos constitutivos do crime.

A tipicidade não pode ser vista como reunião apenas de dados objetivos. A culpabilidade não se confunde, nem se esgota no elemento subjetivo. A punibilidade não é conseqüência (material) do delito.

A infração penal é categoria complexa. Unidade, sim, integrada, porém, por vários elementos.

O crime é sempre ilícito. Afronta o juridicamente permitido ou tolerado. Coloca-se contrário aos valores preservados pelo Direito.

O tipo é síntese. Traduz a complexidade referida. Em conseqüência encerra todos os elementos integrantes da infração (definição individualizada). Contém, por isso, a conduta proibida, o resultado (no sentido penal do termo, menciona o objeto jurídico, descrevendo dano ou perigo, individualiza o objeto material e ressalta o sujeito passivo). Além disso (não há preocupação de relação exaustiva) aponta o sujeito ativo.

Esse espectro faz pensar cada elemento. Todavia, a complexidade não pode destruir a unidade. O componente há de ser visto como tal. Impossível, sob pena de perda da realidade, tratá-lo com autonomia, como se não integrasse o ser.

O crime congrega, em unidade jurídica, conduta e resultado. Conduta e resultado qualificados.

A conduta é contrária ao Direito. Mais do que isso, atividade do homem. Este particular assume significativa importância.

Além de ser contrária ao Direito, a conduta repercute juridicamente de modo variado. Objetivamente, é conforme ou contrária ao Direito. Análise mais profunda revela que o Direito também a qualifica, considerando-a mais grave ou menos grave, desde que maior ou menor o impacto nos objetos jurídicos, por sua vez, distintos porque mais ou menos significativos.

O resultado, por seu turno, não pode ser esquecido. Sempre se faz presente. A velha polêmica de crime sem resultado mostra-se sem razão de ser, uma vez elaborada distinção que jamais poderá ser esquecida: o resultado jurídico - penal não se confunde com o resultado físico. O primeiro é dado normativo. Distinto da realidade material. É impacto da conduta ilícita no mundo do Direito, diferente do mundo da natureza. Nessa linha, é evidente, não há crime sem resultado.

A conduta, de outro canto, é manifestação de vontade. O homem é o grande protagonista.

Se não há crime sem resultado (jurídico), não há delito sem agente (homem). Perspectivas de ordem pragmáticas, impressionadas pela moderna criminalidade econômico-financeira e ecológica têm proposto a inclusão da pessoa jurídica como sujeito ativo. Algumas legislações já o fizeram. Muitas não se dão conta de que o rótulo - penal - na espécie, envolve modificação de toda a sistemática construída, que tem o homem (especificamente o direito de liberdade) como o ponto central. Tecnicamente, não há obstáculo (nem mesmo de ordem constitucional). Os princípios fundamentais, no entanto serão afetados frontalmente, do que é exemplo, a substituição da responsabilidade subjetiva (hoje, conquista dos Estados de Direito Democrático) pela responsabilidade social. Rigorosamente, estar-se-á diante de outro Direito Penal. Talvez, merecesse outra denominação. Estruturas distintas bem que poderiam ser apelidadas diferentemente.

Além disso, o homem é sempre indicado no tipo. Expressa ou implicitamente. A literatura, com esteio nessa classificação, elabora as clássicas e repetidas ordens: crime próprio e crime comum. Nem sempre, porém, conferiu a devida atenção para as conseqüências desse fato.

A teoria finalista (quem sabe, exaurida), no particular, ofereceu vigorosa contribuição. Ao deslocar o elemento subjetivo para o tipo, esvaziou a culpabilidade dos elementos anímicos, conceituando-a, então, como relação axiológica negativa, censura ao agente por haver, na espécie, embora pudesse fazê-lo diferentemente, praticado o delito.

Em se entendendo a culpabilidade como reprovabilidade (tipo de culpabilidade) ao agente, como esta integra o tipo (repita-se, corte da realidade), encerra também censurabilidade ao sujeito ativo.

O tipo, insista-se, expressa valoração. Não é conceito neutro, mera forma. Traduz conteúdo. É crítica da própria vida.

Não se concebe tipo sem o homem. O homem compõe o tipo porque protagonista do crime. Como personagem, é qualificado pelo Direito Penal. E a qualificação é expressa na pena.

A punibilidade, aliás, ainda não mereceu o tratamento doutrinário devido. Um ponto, porém, paulatinamente, vem se consolidando. A antiga afirmação, tantas vezes repetida, de a pena ser conseqüência do crime, aos poucos, deixa de ser entendida como efeito material (cometido o crime, em conseqüência, o delinqüente é condenado). Hoje, interpreta-se tal asserção para traduzir a idéia de conseqüência lógica (decorrência do Direito).

Efetivamente, toda norma contém uma sanção. Específica ou genérica, pouco importa. Sem a sanção (logicamente), afetar-se-á a coercibilidade. Praticado o crime, no plano lógico-normativo, a pena está definida. A separação no tempo entre o delito e a condenação, dando a falsa aparência de a pena ser conseqüência material, resulta da necessidade de o julgamento do processo criminal obedecer, sob pena de nulidade, os princípios do contraditório e da defesa plena.

A pena, por seu turno, é a medida político-jurídica da conduta do delinqüente.

A pena há de ser individualizada (Const., art. 5º, XLVI).

A individualização desdobra-se em três etapas: cominação, aplicação e execução.

A cominação é a definição legal. Atividade legislativa com a participação do Poder Executivo. Embora encerre a maior amplitude de discricionariedade, também o legislador é vinculado a parâmetros. Expressos, muitas vezes, como, por exemplo, a proibição da chamada retroatividade *in malam partem*, a cominação da pena de morte, respeitada a exceção da

Carta Política, a definição de penas cruéis, igualmente repelidas pela Constituição da República.

Além disso, como o Direito é sistema, impõe-se harmonia de suas normas. Os fatos delituosos (conduta e resultado) precisam demonstrar coerência. A pena dimensionada de modo a garantir a harmonia dos tipos.

A pena cominada ao homicídio, necessariamente, há de ser mais severa do que a de lesões corporais. Duas razões fundamentais bitolam o legislador. De um lado, a indiscutível diferença valorativa da vida em comparação com a integridade anatômica e a saúde.

Neste ponto, chame-se a atenção para duas particularidades: o objeto jurídico, já evidenciado, e o juízo de valor negativo para a conduta, ou seja, dirigido ao agente por haver praticado a ação (ou omissão). Em outros termos, o juízo de censurabilidade. Vale dizer, tipo de culpabilidade.

Todo delito é conduta ilícita. Nesse sentido, repete-se, no Direito Penal não há neutralidade, ou seja, está de acordo ou em desacordo com o Direito. *Tertium non datur*.

O ato ilícito não se esgota em análise meramente objetiva, confronto do fato com a tábua jurídico-axiológica. A doutrina já tomou ciência do pormenor. Análise profunda revela a necessidade de considerar também o aspecto subjetivo. Ilícito é o fato porque a conduta é ilícita. Não se pode, para apreender a unidade, desprezar elementos integrantes do todo. Feliz a ilustração da conduta do médico. Se ele faz o toque vagínico, necessário ao exame ginecológico, nenhuma censura recebe do Direito. Todavia, valendo-se da oportunidade, visa a satisfazer sua luxúria, a reprovação se evidencia imediatamente. Objetivamente, as duas situações são idênticas. Distinguem-se, porém, considerando-se o aspecto subjetivo. O Direito considera lícito o exercício da medicina. Ilícito, contudo, alguém pretextar exercê-la, praticando conduta proibida.

Nessa linha de raciocínio, reedite-se, delito sendo conduta, inexistindo conduta sem o homem, é lógico, o ingrediente subjetivo precisa ser considerado. E é considerado na pena cominada, síntese da reprovação ao agente porque afetou o bem jurídico tutelado e das características de atuar ou omitir-se.

O legislador, enfim, está vinculado à desvalorização do fato delituoso (conduta e resultado).

Ao intérprete, particularmente, ao Judiciário é reservada a missão de zelar pela coerência legislativa. De um lado, curando a constitucionalidade das leis, de outro, batalhando pela harmonia (coerência) do sistema penal.

Não se pode conceber incongruência, ou seja, repetindo-se o que já foi dito, fato menos grave punido com sanção maior do que a cominada a outro mais significativo. Se isso ocorrer, ter-se-á afronta ao princípio da individualização da pena. Substancialmente, significa promover distinções

para a pena ser adequada a cada situação. Não se concebe reprovação acerba ao agente acarretar pena mais branda do que a cominada ao crime cujo delinqüente não recebe censura tão acentuada.

Tomem-se o homicídio privilegiado e o homicídio qualificado. As sanções cominadas, dadas as características de cada delito, são diferentes. É lógico, o crime cometido por relevante valor social ou moral configura tipo de culpabilidade mais branda de que o relativo à morte de alguém por motivo fútil ou torpe.

Como o agente integra a norma jurídica, evidencia-se, o tipo de culpabilidade compõe o tipo. Se ele é descrito no tipo, logicamente, todos os matizes de seu comportamento integram o modelo jurídico.

O tipo penal não pode ser visto formalmente. Cumpre analisá-lo substancialmente. O tipo não é valorativamente neutro. Projeta crítica do Direito ao fato (conduta e resultado). Não faz sentido desprezar o seu protagonista.

As considerações aqui lançadas, próprias da Teoria Geral do Tipo, têm evidente efeito prático. Repercutem no plano teórico e na experiência jurídica.

Conhecida é a polêmica a respeito do concurso de agentes no crime de infanticídio. Não é de hoje. Todavia, ainda sem solução.

Não é novidade, formaram-se três concepções para fornecer a resposta.

A primeira pugna pela afirmativa. Invoca o disposto no artigo 30 do Código Penal, ou seja, não se comunicam as circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime. Apressam-se em argumentar que o estado puerperal, próprio da parturiente, é alheio ao terceiro que, de alguma forma, colabore com a mãe para matar o próprio filho durante ou logo após o parto, sob influência daquela particularidade. Apressam-se, de igual modo, a acrescentar que o estado puerperal é constitutivo do crime de infanticídio. Logo, juridicamente, inadequada qualquer outra resposta.

A segunda posição, diametralmente oposta, registra distinção entre - circunstâncias e condições de caráter pessoal - e - circunstâncias e condições de caráter personalíssimo. Com isso, Hungria realçava o infanticídio como *delictum privilegiatum*. Exercia a função de contemplar situação especialíssima, conferir tratamento deliberadamente benigno à parturiente, profundamente perturbada, a ponto de superar o desvelo próprio de todas as mães. O delito mitigado visa a favorecer apenas a mãe.

A terceira proposta é eclética, diga-se assim. Admite o concurso subjetivo quando a colaboração do terceiro é restrita a atos secundários, não configurando a execução. De outro lado, rejeita essa conclusão, caso a atividade se manifeste no ato de matar.

A primeira e a terceira sugestões mostram-se excessivamente vinculadas à lógica formal das normas jurídicas.

A segunda, por seu turno, vislumbrou o conteúdo da norma. Substancialmente, o infanticídio contém os elementos do homicídio — matar alguém. Acrescenta outros de modo a compor, entre eles, relação gênero/espécie.

O tipo especial foi composto para atender à distinção entre o homicida e a agente do infanticídio. Mais precisamente, ponderou-se a reprovação a um e à outra. Explicações culturais, narradas pelos comentadores dos textos penais, tanto aqui como no exterior, esclarecem a distinção decorrer do estado psicológico da parturiente, quase sempre pressionada pelo desejo de esconder o nascimento, dada a recriação à maternidade sem o precedente matrimônio. Algumas legislações, como a italiana, definem o crime *honores causa*, como também o fizera o anteprojeto de reforma da Parte Especial do Código Penal, no governo Figueiredo.

A explicação projeta a realidade dos fatos com o raciocínio de o tipo de culpabilidade ser integrante da definição do delito.

O infanticídio encerra juízo de censurabilidade à mãe que cometa o crime. Todavia, distinto da reprovabilidade própria de quem pratica o homicídio. Censurabilidade acentuadamente reduzida, dadas as circunstâncias emocionais que afligem a parturiente.

O infanticídio, portanto, é um tipo que pensa uma agente. Ela e só ela. O juízo de reprovabilidade é exclusivo à pessoa descrita no tipo. A mais ninguém. o estranho à narração do modelo quando, de qualquer modo concorre para o matar alguém, amolda-se a outro tipo de culpabilidade, ao tipo de sua reprovabilidade, no caso, do homicídio.

No tipo, portanto, o agente não é descrito formalmente. Ao contrário, mostra-se qualificado. O delito é ilícito, expressa carga negativa, reprovação do Direito. Nesse particular, reside a explicação para a de sanções, qualitativa e quantitativamente. A pena, sintetizando, a reprovação jurídica, evidentemente, resulta também do tipo de culpabilidade.

O legislador, desse modo, ao tratar do tipo penal, está, repita-se, vinculado a parâmetros. O Direito não admite contradição lógica.

O intérprete, ao desprezar esse pormenor, contenta-se com o tipo como mera forma, desvinculado do sistema jurídico. Evidentemente, deixa de realizar, substancialmente, a função política do princípio da legalidade. Hoje, sem dúvida, preocupado também com a realização do justo. Insista-se, não pode ser encarado apenas como relação cronológica.

A Lei n 8.072, de 25 de julho de 1990 - Dispõe sobre os crimes hediondos — contém dispositivos que merecem passar pelo crivo destas considerações.

Ao cominar a pena ao crime de Extorsão mediante seqüestro com resultado morte, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no artigo 224 do Código penal, fixou a reclusão, de 24 a 30 anos, acrescida da



metade. Vale dizer, de 36 a 45 anos. Todavia porque “respeitado o limite superior a trinta anos de reclusão” (art. 9º), conclui-se a pena é única - 30 anos.

A inconstitucionalidade é evidente, contrastante com o mandamento da individualização da pena (Const., art. 5º, XLVI). O dispositivo, porque sanção fixa, invariável, não admite, dentre os limites da cominação, estabelecer a recomendada para o caso concreto. Todos os delinquentes sofrerão a mesma reprimenda, pouco importando ser primário ou reincidente, a distinção de modo de execução do crime, o comportamento após a consumação, enfim, não será efetuado o balanceamento exigido pela Lei Maior, expressão de justiça material.

Paralelamente a esse aspecto, deixou de ponderar o tipo de culpabilidade, o retrato de cada agente. Todos receberam o mesmo grau de reprovabilidade, o que contrasta com a realidade dos fatos. Há como que presunção de todos os autores desse delito, linearmente, projetar o mesmo tipo de culpabilidade.

Cumprido, então, rejeitar a sanção fixa, desprezando a causa especial de aumento de pena. A maior reprovação, considerado o sujeito passivo, não será sacrificada, podendo a pena alcançar os trinta anos de reclusão, limite superior fixado pela reforma legislativa.

A conclusão proposta se impõe até por imperativo do princípio da isonomia. Caso contrário, serão tratados igualmente agentes de relações jurídicas diferentes.

A Lei nº 8.072/90, comparando-se com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sugere outra observação.

O Estatuto reformulou a pena cominada ao crime de estupro. Introduziu parágrafo único ao art. 213 do Código Penal. Registrou pena de reclusão de 4 a 10 anos, se a ofendida é menor de 14 anos.

O Estatuto (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), embora publicado anteriormente à lei dos crimes hediondos, por guardar *vacatio legis* de seis meses, entrou em vigor posteriormente.

A Lei nº 8.072/90, no tocante ao estupro, sendo menor de quatorze anos a vítima, cominara sanção de 6 a 10 anos de reclusão (art. 6º), aumentada de metade se o sujeito passivo estiver naquela faixa etária, passa, então, para 9 a 15 anos.

Evidencia-se, o Estatuto pune mais brandamente.

Não pode ser olvidada uma particularidade. A Lei nº. R 8.072/90 quando a vítima for maior de 14 anos, estabelece - Reclusão, de 6 a 10 anos.

Comparativamente, tem-se o seguinte:

a) Código Penal - Reclusão, de 3 a 8 anos. Não distingue, para esse efeito, o sujeito passivo.

b) Lei, nº 8.072/90 - Reclusão, de 6 a 10 anos. Quando a vítima for menor de 14 anos - Reclusão, de 9 a 15 anos.

c) Estatuto da Criança e do Adolescente - Não tratou do art. 213, *caput*. Conseqüentemente, continua - Reclusão, de 6 a 10 anos. Quando o sujeito passivo for menor de 14 anos - Reclusão, de 4 a 10 anos.

Em se aplicando as regras formais do chamado conflito da lei penal no tempo, invocar-se-á o princípio da incidência obrigatória e incondicional da lei penal mais favorável. O resultado indicara aplicação do Estatuto no tocante a majorante do parágrafo único. O *caput* manteve-se inalterado.

O quadro evidencia flagrante contradição. Estuprar menor de 14 anos é punido menos severamente (4 a 10 anos) do que estuprar vítima maior (6 a 10 anos).

Qualquer pessoa percebe a incongruência. Evidencia-se contradição lógica. Todos concordam, ademais, não se justifica a benignidade, fale-se assim, porque dos dois agentes, maior é a reprovação a quem pratique a conjunção carnal com menor de 14 anos.

Em outras palavras, com esse raciocínio, sopesa-se o tipo de culpabilidade. E porque relevante para a cominação da pena, é ingrediente indispensável para o cálculo da pena.

Impõe-se, por isso, mais uma vez, analisar o tipo materialmente, ponderar o juízo de valor negativo do agente.

O princípio da anterioridade da lei penal e o princípio da lei penal mais favorável interpretados substancialmente recomendam outra solução.

Nenhum obstáculo de ordem constitucional. Ao contrário, com apoio da *Lex Mater*.

O princípio da reserva legal, na interpretação moderna, encerra todos os elementos da conduta, o que leva a vinculá-lo à exigência da responsabilidade subjetiva em Direito Penal. Não veda, pois, considerar também o agente do delito.

A lei ordinária, por sua vez, completa o sistema. Como tal, impõe coerência, repele qualquer contradição lógica. Impõe-se a harmonia. Não faz sentido uma lei, notadamente voltada para recrudescer a sanção, contemplar, desarmoniosamente, duas situações.

Urge, portanto, considerar, no pormenor, inaplicável o Estatuto. De um lado, por imperativo do tipo de culpabilidade e porque após a publicação dessa lei, outra, tratando do mesmo instituto, foi promulgada, conferindo disciplina mais severa.

A lei dos crimes hediondos mostra-se coerente, acentuando a necessária distinção. Nenhum obstáculo à sua prevalência. No ponto assinalado, o Estatuto evidencia-se írrito.

O art. 157, § 3o. do Código Penal, passando-se para outro tópico, todos sabem, sempre provocou acirrada polêmica quanto à sua natureza jurídica.

Formalmente, exibe a redação utilizada pelo código para indicar os crimes preterdolosos. Substancialmente, contudo, encerra particularidade de significativa importância. Naqueles, ocorrendo morte, a pena cominada é sempre inferior ao homicídio. A explicação é lógica; a morte não foi causada dolosamente. O resultado mais grave resulta de culpa. O crime doloso sempre acentua a reprovabilidade ao agente, menos intensa quando resulta de conduta não dirigida ao evento, mas por imprudência, negligência ou imperícia. No art. 157, § 3º, porém, a sanção é mais severa do que a cominada ao homicídio qualificado. Cumpre buscar a causa do tratamento rigoroso. A melhor interpretação encontra respaldo no tipo de culpabilidade.

A infração em foco, considerando-se a coerência lógica já referida, evidencia dolo em sua estrutura. Delito pluriofensivo ofende o objeto jurídico próprio do homicídio e também o patrimônio. Inconcebível, então, entender a morte causada culposamente.

A sistemática do Código Penal orienta-se em outro sentido. Os crimes culposos são apenados menos gravemente do que os dolosos. Em outras palavras, o tipo de culpabilidade ao autor de crime doloso, invariavelmente, indica reprovabilidade maior do que o relativo ao agente de crime culposo.

Uma conclusão se impõe. A carga de censurabilidade ao sujeito ativo do delito em referência é mais acentuada do que ao homicida. Este destrói o objeto jurídico - a vida. Aquele, além de destruir a existência do homem, concomitantemente, investe contra o patrimônio alheio.

JESCHECK, com a reconhecida perspicácia crítica, registra significativa anotação. Sempre, mas ultimamente de modo crescente, se utiliza os elementos da culpabilidade para delimitar o âmbito do punível (elementos de culpabilidade que fundamentam ou excluem a pena) ou para graduá-la (elementos de culpabilidade que agravam ou atenuam a pena). Mostra alguns exemplos. O assassinato (§ 211) se distingue do homicídio como tipo qualificado por elementos que em parte expressam maior culpabilidade (por exemplo, móveis vis). No infanticídio (§ 317) a maternidade ilegítima e o influxo psíquico do parto caracterizam culpabilidade menor. (*Lehrbuch des Strafrechts*, tradução espanhola, Barcelona, Bosch, Casa Editorial, S.A., 1981, 1º. vol., pág. 647).

E para remate outra citação do mesmo autor. Fundamento da determinação da pena é a significação do delito para a ordem jurídica violada (conteúdo do injusto) e a gravidade da reprovação que se faz ao réu pelo fato cometido (conteúdo da culpabilidade) (ob. cit., 2º vol., pág. 1207).